Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Humanas — CFCH
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais — IFCS
Departamento de História

Natalia de Souza Bastos

Mulheres em armas:
memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro

Rio de Janeiro

2004

Mulheres em armas:
memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro

Natalia de Souza Bastos

Departamento de História / IFCS / CFCH
Bacharelado em História

Prof.ª Doutora Maria Paula Nascimento Araujo

Rio de Janeiro
2004

Mulheres em armas: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro

Natalia de Souza Bastos

Monografia submetida ao corpo docente do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel.

Aprovada por:

Prof.ª Doutora Maria Paula Nascimento Araujo - Orientadora

Profª Doutora Jacqueline Hermann

Prof.ª Doutora Maria da Conceição Pinto de Góes

Rio de Janeiro

2004

Bastos, Natalia de Souza.
Mulheres em armas: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro / Natalia de Souza Bastos. — Rio de Janeiro, 2004.

vii, 51 f.

Monografia (Bacharel em História) — Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais — Departamento de História, 2004.

Orientadora: Maria Paula Nascimento Araujo

1. Ditadura militar. 2. Gênero 3. História Oral. 4. História — Monografias. I. Araujo, Maria Paula Nascimento (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Departamento de História. III. Título.

Aos meus pais, por toda dedicação e apoio na minha escolha profissional

Às minhas professoras Mariza Pantoja (História) e Mírian Pantoja (Português), que me ensinaram a paixão de ler

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me orientar neste período tão belo e conflituoso da minha vida.

À minha orientadora, prof.ª Maria Paula Nascimento Araujo, por acreditar neste projeto, por todo ensinamento e dedicação na elaboração deste trabalho e pelo constante incentivo na iniciação à pesquisa científica.

Aos colegas do Núcleo de História Oral pelo auxilio em todo o processo de estruturação das fontes orais.

À Araci, Carla, Rachel, Cíntia e Érica pelo incentivo e conselhos de leituras.

Ao meu namorado Luigi por sua imensa contribuição acadêmica. Sem suas sugestões bibliográficas, sobretudo sobre a questão da memória, este trabalho certamente não teria este formato.

Às minhas entrevistadas Angela, Flávia, Jessie, Lúcia, Mariza e Vera por compartilharem com imensa boa vontade momentos tão difíceis de suas vidas, permitindo sua utilização na pesquisa.

RESUMO

BASTOS, Natalia de Souza. **Mulheres em armas**; memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro. Orientadora: Maria Paula Nascimento Araujo. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Departamento de História, 2004. Monografia (Bacharelado em História).

Esta monografia busca analisar aspectos da memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro (1964-1985), a partir dos depoimentos orais de seis mulheres que ingressaram em organizações de luta armada durante a década de 1960. A perspectiva adotada é a de que elas rompiam tanto com o código de gênero de sua época quanto com a ordem política e legal vigente. O trabalho se inicia com um capítulo introdutório ao tema, acompanhado de uma discussão teórica sobre a categoria de gênero. No segundo capítulo têm lugar as discussões pertinentes à problemática da memória em depoimentos orais como os que servem de fontes para a reflexão esboçada. O terceiro capítulo apresenta um panorama geral do contexto de radicalização política e polarização ideológica durante os anos 1960 no Brasil. A análise mais detida dos depoimentos é feita no quarto capítulo do trabalho, com ênfase para três momentos que estruturam as narrativas das seis entrevistadas: o envolvimento na militância política; a vida na clandestinidade; e o retorno à legalidade.

Palavras-chave: ditadura militar (1964-1985), luta armada, história oral, memória, relações de gênero

SUMÁRIO

Agradecimentos v

Resumo vi

Capítulo I – Apresentação 1

Capítulo II – Memória e História Oral 11

Capítulo III – O pós-68 e a luta armada 18

Capítulo IV – Mulheres e militância política: enfrentamento político e social 29

Capítulo V – Considerações Finais 47

Bibliografia 49

Capítulo I - Apresentação

1.1 - Introdução

Buscamos nesta pesquisa analisar, através de depoimentos orais, alguns aspectos da militância feminina em organizações de luta armada contra o regime militar brasileiro, no Rio de Janeiro nas décadas de 60 e 70 do século XX.

As transformações sociais ocorridas na sociedade brasileira, especialmente a partir dos anos 60, criaram as condições mais gerais para a efetiva constituição da mulher como sujeito político. Não se trata apenas da conquista de espaços significativos no mercado de trabalho e na universidade; é um processo marcado pela crescente conscientização e participação política da mulher. Sendo assim, temos um questionamento sobre os efeitos destas transformações na sociedade brasileira, assim como o funcionamento da família e o papel da mulher neste novo contexto.

Dentro desta perspectiva, discutiremos a relação entre mulher e política neste período, a partir de experiências de mulheres que transgrediram o código de gênero da época. O lugar da mulher era o espaço doméstico, e sua função dedicar-se ao marido e aos filhos. Ao homem estava reservado o espaço público e o comando da arena política. Adentrar o espaço público, político e masculino foi o que fizeram estas mulheres ao se comprometerem com os grupos de esquerda, clandestinamente, para fazer oposição (em parceria com os homens) ao regime militar brasileiro[1].

Se na Europa e nos EUA o movimento feminista aparece destacadamente no início da década de 60, no Brasil isto ocorrerá somente a partir de meados dos anos 70, tendo como marco a publicação dos jornais *Brasil Mulher* em 1975 e *Nós Mulheres* em 1976. Esta defasagem temporal tem como causa dois discursos dominantes na época: o do regime militar e o da oposição a ele. No primeiro caso, temos o discurso da ditadura militar que se apresenta como discurso oficial, tentando "moralizar" o país através de suas regras, não somente econômicas e políticas, mas também as de comportamento de cada cidadão brasileiro. Logo, as discussões de temas como a sexualidade feminina, divórcio e aborto eram consideradas promíscuas e atentatórias à moral e aos bons costumes. No imaginário das alas conservadoras de nossa sociedade, a pílula

[1] COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

anticoncepcional era o símbolo maior desta leviandade para qual as jovens brasileiras estavam se dirigindo.

Já para as organizações de esquerda a problemática da condição feminina em nossa sociedade não tinha relevância nem espaço para discussões, não era tratada política ou teoricamente, quase todo o esforço estava para a derrubada do regime militar e concretização da revolução socialista.

A decisão de assumir a militância política em tais organizações (nos anos 60 e na primeira metade dos 70) expressa a vontade radical das mulheres de se entenderem enquanto protagonistas ativas da história. Os depoimentos demonstram que foi um ato de consciência que superava o simples repúdio à ditadura militar. As mulheres militantes buscavam a construção de uma sociedade mais justa.

Cabe-nos ressaltar que dentro de uma sociedade altamente masculinizada, não foram poucas as barreiras que essas mulheres, que ousaram desafiar o código vigente, enfrentaram. Constam de seus obstáculos a família, a sociedade, alguns membros das organizações e, obviamente, a força repressora. Certamente para muitas, a própria família era um grande impedimento, o que fazia com que escondessem a sua atividade. No que tange à sociedade, essa não via com bons olhos essa ousadia, e isso, por vezes, era motivo para que se projetasse uma imagem pejorativa sobre elas. O estigma de ser mulher e tomar para si atitudes que eram concebidas como condizentes apenas com o mundo masculino, muitas vezes também as colocava em situação desfavorável perante os companheiros de luta; alguns acreditavam que ao "sexo frágil" não poderiam ser dados papéis de comando, ou mesmo a participação em algumas atividades que requereriam a força e coragem masculinas. Já para os órgãos de repressão o fato era mais grave ainda – como essas mulheres arrogam para si o direito de contestar a ordem vigente? Quem são elas? Por que não estão em casa cumprindo suas obrigações? – além de serem culpadas pelas suas ações clandestinas, ainda causavam mais revolta por transgredirem o código de gênero[2]. Tal constatação se faz presente nas palavras de Elizabeth Ferreira: *"Não eram xingadas somente por serem 'terroristas'; eram duplamente desclassificadas por serem 'terroristas' e mulheres – infame combinação para os agentes da repressão"*.[3]

---

[2] Referimo-nos à construção social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres estabelecidos na sociedade brasileira.

[3] FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.155.

Os testemunhos das seis ex-militantes políticas entrevistadas, mesmo com as discordâncias e as diferenças que apareceram ao longo das declarações, convergem para um núcleo comum de significado que se refere ao contexto cultural e político da época. Neste se encontrava o ideal de revolução socialista partilhado por elas e que passa a inspirar o projeto de transformação da sociedade brasileira. Através destas histórias de vida tão diferentes entre si, nos deparamos, entretanto, com uma temática coesa e inconfundível: a trajetória de vida de mulheres que romperam com o seu papel social para se engajar em um projeto coletivo e os possíveis significados para suas vidas que tal escolha gerou.

O tema de nossa pesquisa é pouco explorado pela historiografia: o envolvimento feminino nos movimentos de oposição ao regime militar brasileiro. Encontramos apenas duas obras que fazem uma análise sobre a participação das mulheres nas organizações de luta armada contra o regime militar. Em *Mulheres, militância e memória*,[4] Elizabeth F. Xavier Ferreira analisa o depoimento de treze mulheres de classe média de diferentes cidades brasileiras, que foram presas políticas durante o regime militar que se instalou no Brasil em 1964. A utilização dos conceitos de gênero e geração perpassa toda a análise da antropóloga. Por outro lado, ela lida com a complexa problemática da identidade em situações limite de ameaça física e psicológica. Estuda a discussão das ideologias políticas do período e a visão de mundo dos diferentes atores através da investigação de trajetórias individuais marcadas por experiências de questionamento e confronto radical com o poder instituído.

Ana Maria Colling, em *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*,[5] investiga a participação da mulher no movimento de oposição à ditadura militar através dos depoimentos de seis mulheres e de dois homens ex-militantes (todos atuaram no Rio Grande do Sul) e de documentos do DOPS. Para isso, ela analisa as questões de gênero, não somente em relação à repressão, mas aos companheiros de esquerda e à sociedade como um todo.

Entretanto, consideramos importante utilizar autores que através de seus trabalhos analisaram a condição feminina e a ruptura de valores acerca do papel da mulher na sociedade brasileira durante as décadas de 60 e 70 do século XX. Um dos estudos precursores e que permanece como referência até os dias atuais para os estudos

[4] FERREIRA, Op. Cit.
[5] COLLING, Op. Cit.

sobre mulher no Brasil é o livro *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*,[6] de Heleiteth Saffioti, publicado em 1969. Nele, a autora reúne uma grande quantidade de dados e informações, que dizem respeito à transformação das estruturas familiares, à educação da mulheres, à participação feminina na força de trabalho, às lutas feministas, desenvolvendo uma análise segundo a perspectiva dialética marxista, com o objetivo de mostrar e explicar a posição social reservada ao sexo feminino nas sociedades capitalistas.

Já Anette Goldberg, em *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberalização em ideologia liberalizante*,[7] procura reconstituir, através de uma periodização ditada pelos grandes momentos de inflexão do processo político nacional desde os anos 60, a gênese e a evolução do projeto feminista liberalizante gerado num contexto peculiar, caracterizado pelo entrelaçamento entre modernização da sociedade e consolidação do regime autoritário.

Em *Breve história do feminismo no Brasil*,[8] Maria Amélia de Almeida Teles faz uma breve análise da história da condição da mulher brasileira. Através da seleção de algumas ações individuais e coletivas de mulheres brasileiras, incluindo a repressão específica às mulheres durante a ditadura militar, a autora faz uma reflexão da hierarquia de poder a que estava subjugada a mulher brasileira, e como elas contribuíram para tal ruptura através de comportamentos desviantes e de mobilização política.

Maria Lúcia Rocha Coutinho, em seu livro *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*,[9] analisa a partir da bibliografia existente a condição da mulher brasileira — seu confinamento na esfera doméstica, a identidade construída e a importância da maternidade — e sua evolução nos últimos vinte anos. Em busca das estratégias de controle desenvolvidas por elas em aparente submissão, a autora estende sua análise pela evolução histórico-social da condição feminina no Brasil em dois momentos sociais importantes para a questão: o período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial e o final da década de 60. A escolha destes dois momentos

---

[6] SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovanni. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1969.

[7] GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IFCS / UFRJ, 1987.

[8] TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

[9] COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

decorreu-se do fato de a geração de mulheres que eram adolescentes e iniciavam a vida adulta durante a década de 60 e os primeiros anos da de 70 ter sido a que mais intensamente viveu o conflito de valores arcaicos e modernos no que diz respeito à mulher, uma vez que foi durante sua adolescência e/ou início da vida adulta que ocorreu a grande escalada feminina com a tentativa de derrubada de velhos mitos e tabus a respeito do papel e da posição da mulher na sociedade.

1.2 - Por que estudar as mulheres?

A escolha de trabalhar com a experiência de mulheres que participaram da luta armada é por considerarmos relevante trabalhar com depoimentos de indivíduos que tiveram participação ativa no movimento de oposição ao regime militar brasileiro. Em especial, optamos analisar depoimentos dessas mulheres para dar destaque à especificidade da militância feminina neste período. Consideramos valioso o depoimento de mulheres que além de contestarem o regime político vigente, colocaram em questão, através de seus comportamentos, valores estabelecidos acerca do papel da mulher em nossa sociedade.

> *"A relação entre mulher e política tem sido tema tabu na sociedade brasileira. O lugar do homem é no comando do mundo político, à mulher resta o privado, onde muitas vezes os homens também comandam. Invadir o espaço público, político e masculino foi o que fizeram estas mulheres ao se engajarem nas organizações de esquerda, clandestinas para fazer oposição, juntamente com os homens, ao regime militar. Ousaram participar da política, espaço que marca a diferença e a exclusão."*[10]

O objetivo desta pesquisa está na importância de ampliar os estudos dedicados ao esclarecimento do papel das mulheres na história. São recentes as abordagens historiográficas sobre as mesmas em que se procura transpor o silêncio e a relativa invisibilidade a que estavam relegadas.

Segundo Rachel Soihet, o desenvolvimento de estudos sobres as mulheres foi graças à grande reviravolta da história nas últimas décadas do século XX, que voltou-se para temáticas e grupos sociais até então excluídos de seu interesse. A História Cultural,

[10] COLLING, Op.Cit, p.7.

ao preocupar-se com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais, favorece a pluralização dos objetos de investigação histórica, concedendo às mulheres a condição de objeto e sujeito da história. Nas palavras da autora:

> *"O desenvolvimento de novos campos como a história das mentalidades e a história cultural reforça o avanço na abordagem do feminino. Apóiam-se em outras disciplinas – tais como a literatura, a lingüística, a psicanálise, e, principalmente a antropologia – com o intuito de desvendar as diversas dimensões desse objeto. Assim a interdisciplinaridade, uma prática enfatizada nos últimos tempos pelos profissionais da história, assume importância crescente nos estudos sobre as mulheres."*[11]

Entretanto, Joan Scott ressalta a importância do movimento feminista da década de 60 nos Estados Unidos para a estruturação da história da mulheres, declarando que a política feminista é o ponto de partida. Para a autora, a ligação entre a história das mulheres e a política é ao mesmo tempo óbvia e complexa:

> *"Esse relatos situam a origem do campo na década de 60, quando as ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação. Foi dito que as feministas acadêmicas responderam ao chamado de "sua" história e dirigiram sua erudição para uma atividade política mais ampla; no início houve uma conexão direta entre política e intelectualidade. Mais tarde – em algum momento entre a metade e o final da década de 70 – continua o relato, a história das mulheres afastou-se da política. Ampliou seu campo de questionamentos, documentando todos os aspectos da vida das mulheres no passado, e dessa forma adquiriu uma energia própria."*[12]

Diante das tensões no interior do movimento feminista em relação ao discurso da identidade coletiva das mulheres, abre-se espaço para o questionamento acerca da viabilidade da categoria das "mulheres" e para a introdução da "diferença" como um problema a ser analisado:

---

[11] SOIHET, Rachel. História da mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.276.

> *"A fragmentação de uma idéia universal de 'mulheres' por classe, raça, etnia e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a uma outra em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades."*[13]

Portanto, há uma preocupação dos historiadores de mostrar as relações entre homens e mulheres e não a atuação da mulher à revelia da atuação do homem na história. Cria-se então, a categoria de gênero a fim de teorizar a questão da diferença sexual, ressaltando que tal relação é uma construção social dos papéis dos homens e das mulheres. Com isso, torna-se relevante não serem estudados separadamente. Segundo Roger Chartier:

> *"O essencial não é opor termo a termo uma definição biológica e uma definição histórica de oposição masculino/feminino, mas antes identificar, em cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como 'natural' (portanto biológico) a divisão social (portanto histórica) dos papéis e das funções."*[14]

A descoberta do político no cotidiano foi o que influenciou a abertura para os estudos sobre a mulher e as relações de poder na sociedade. Nas recentes produções procurou-se recuperar a atuação da mulher no processo histórico como sujeito ativo, e não apenas passivo e submisso. Emerge então a mulher rebelde que procura burlar as proibições a fim de atingir seus propósitos. No entanto, surgem enfoques que permitem superar a dicotomia entre vitimização e/ou sucessos femininos, buscando visualizar toda a complexidade de sua atuação

A utilização do conceito gênero é de suma importância para a nossa pesquisa. Portanto, utilizaremos a abordagem de gênero elaborada por Maria Izilda S. de Matos.

A partir da década de 70, o termo gênero é formulado para teorizar a questão da diferença sexual. Segundo Joan Scott a formulação do conceito gênero significou um

---

[12] SCOTT, Joan. História da mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. p.64.
[13] Idem, ibidem, p.87.
[14] CHARTIER, Roger. *História hoje*: dúvidas, desafios, propostas. ANPOCS, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, p. 109. 1994.

rompimento definitivo com a política, que proporcionou a definição de um espaço próprio para os estudos dedicados à história das mulheres, já que este termo é aparentemente neutro e desprovido de propósito ideológico imediato.[15] O gênero se torna um modo de indicar as "construções sociais", ou seja, as construções sociais das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. A abordagem de gênero também compreende o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, onde nenhuma compreensão de qualquer um dos dois possa existir através de um estudo que os considere totalmente em separado. Sob esta nova perspectiva, Maria Izilda S. de Matos afirma que:

> *"O crescimento da produção historiográfica permite apontar que não se trata apenas de incorporar as mulheres no interior de uma grande narrativa pronta, quer mostrando que as mulheres atuaram tanto quanto os homens na história, quer destacando as diferenças de uma 'cultura feminina', perdendo-se assim, a multiplicidade do ser feminino, podendo cair numa mera perspectiva essencialista."*[16]

Para a autora, o gênero procura reconhecer a diferença dentro da diferença, apontando que mulher e homem não constituem simples aglomerados, e que elementos como cultura, classe, etnia, geração, religião e ocupação devem ser considerados e intercruzados numa tentativa de desvendamento mais frutífera, através de pesquisas específicas que evitem tendências a generalizações, premissas preestabelecidas e determinismo biológico. O interesse por estas categorias assinala não apenas o compromisso do historiador com uma história que inclua a fala dos oprimidos, mas também que se considere que as desigualdades de poder se organizam conforme estes eixos.

> *"Sobrevém a preocupação em desfazer noções abstratas de 'mulher' e de 'homem', enquanto identidades únicas, a–históricas e essencialistas, para pensar a mulher e o homem como diversidade no bojo da historicidade de suas inter-relações."*[17]

---

[15] SCOTT, Op.Cit., p. 65.
[16] MATOS, Maria Izilda S. *Por uma história da mulher*. Bauru: EdUSC, 2000. p.15.

Logo, ao analisarmos a experiência de mulheres que tiveram envolvimento num projeto de esquerda que objetivava a derrubada do regime militar e a construção de uma sociedade brasileira mais justa e igualitária, nos deparamos com a importância da articulação do enfoque de gênero com outra categorias como classe social, etnia, geração e posição ideológica. Estas questões vão delinear suas escolhas políticas e posicionamentos enquanto sujeitos históricos. Nessa medida, a questão de suas origens ultrapassa a classificação sociológica de classe social, ao se estender a seus sistemas de referência, com a incorporação de dados pessoais tais como a organização familiar de cada uma delas (com sua articulação interna através das relações entre pais e filhos), formação religiosa, *status* intelectual e social (profissão dos pais e de outros membros do grupo e seu grau de prestígio), posição ideológica dessas famílias, com suas expectativas, visões e posicionamentos em relação à realidade social e também em relação aos filhos e, finalmente, a qualidade de vida emocional e afetiva dessas famílias.

Sob esta perspectiva de gênero, temos a perspectiva de recobrar a experiência coletiva de homens e mulheres no passado em toda a sua complexidade, procurando, entretanto, um aprimoramento metodológico que permita recuperar os mecanismos das relações sociais entre os sexos e as contribuições de cada qual ao processo histórico. *"Assim ao se destacar que o social é historicamente construído, nele as experiências sociais feminina e masculina diferenciadas emergem numa condição própria em sociedades específicas."*[18]

Matos considera que a categoria gênero, por sua característica basicamente relacional, procura salientar que a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino se define um em função do outro, uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente em um tempo, espaço e cultura determinados. Ademais, as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são, portanto, de acordo com a autora, uma forma primária de relações significantes de poder.

Sendo assim, para Maria Izilda a incorporação do gênero como categoria de análise tem revelado que o comportamento ou os valores que são consentidos em uma sociedade, num dado momento histórico, podem ser rejeitados em outras formas de organização social ou em outros períodos. Com isso, ressaltar as diversidades a partir do

---

[17] Idem, ibidem, p.16.
[18] MATOS, Op. Cit., p.23.

reconhecimento de que a realidade histórica é social e culturalmente construída, tornou-se um desígnio do historiador que procura utilizar essa categoria, permitindo apreender a existência de processos históricos diferentes e simultâneos, bem como abrir uma gama de possibilidades de focos de análise.

Procuraremos neste trabalho compreender as nuanças da particularidade da militância feminina contra o regime militar através da análise das trajetórias de vida de seis ex-militantes que fizeram parte das organizações de esquerda armada durante a ditadura militar brasileira. O que perpassa nossa análise é o quão importantes foram tais atitudes, uma vez que as mulheres estavam alijadas do processo de participação política, até mesmo por uma questão de *status* sexual hierárquico que estabelecia e legitimava a desigualdade em vários aspectos, tais como os direitos, os deveres e os espaços de circulação e atuação. Ao abraçarem a causa coletiva, elas romperam com o seu papel social estabelecido e principalmente com o seu mundo cotidiano. No bojo deste processo foram quebradas normas e tabus, toda uma gama de valores que a sociedade carregava e que afetava de forma incisiva a vida da mulher brasileira neste período.

Ademais, a reconstrução desse passado pelas recordações das entrevistadas oferece, além da revelação do papel de vanguarda dessas mulheres, um amplo painel sobre a cultura de uma época.

Capítulo II – Memória e História Oral

Para Alessandro Portelli, as lembranças não constituem um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e para a linguagem, mas resultam de um processo elaborado no tempo histórico.[19] Assim, lembrar proporciona a reinvenção de um passado em comum, fornecendo-nos elementos para a compreensão do presente. De acordo com Maurice Halbwachs, a memória deve ser entendida sobretudo como um fenômeno coletivo e social, que é estruturado coletivamente e está sujeito a flutuações, transformações e constantes mudanças. A memória seria uma recriação do passado a partir de quadros sociais definidos por aspectos estruturantes como a língua e a cultura e por aspectos conjunturais como o contexto histórico.[20]

Esse processo é concebido num espaço sócio-político historicamente datado, conferindo especificidade e temporalidade à rememoração das representações e dos fatos. Segundo Henry Rousso, a memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que confere uma representação seletiva do passado, que não é apenas aquele do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Para tanto, Rousso, com Halbwachs, define que toda memória é coletiva e, acrescenta, deve ser compreendida como um elemento primordial da construção da identidade e da percepção de si e dos outros.[21] De acordo com Jacques Le Goff, a memória tem como função conservar determinadas informações, que nos remetem a um conjunto de funções psíquicas, às quais os indivíduos podem atualizar informações passadas ou que eles representam como passadas.[22] Deste modo, a memória como fundamento da identidade reporta-se aos comportamentos e às mentalidades coletivas, na medida em que o relembrar individual está relacionado à inserção histórica de cada indivíduo.

Pollak, ao analisar certos conceitos usados com freqüência na história da França, observa que há algumas designações que aludem diretamente a fatos de memória, muito mais do que a acontecimentos ou fatos históricos não trabalhados por construções mnemônicas. Por exemplo, a utilização do termo "anos sombrios", por parte dos

---

[19] PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p 109.
[20] HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.
[21] ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA e AMADO (orgs), Op. Cit., p. 94-95.
[22] LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, s/d. p. 423.

estudiosos franceses ao se referirem ao período de Vichy.[23] Ao mencionarem o período de maior repressão durante o regime militar brasileiro, logo após a decretação do AI-5, historiadores e mídia referem-se a esse período como os "anos de chumbo". Essas expressões remetem mais a percepções da realidade, do que à factualidade positivista subentendida a tais percepções.

Diante dos diferentes aspectos acerca do papel da memória coletiva, destacamos além de sua significativa influência na construção das identidades, o seu aspecto de desafiar a história oficial através do resgate de memórias concorrentes. Segundo Le Goff, a memória coletiva pode ser compreendida como um importante elemento na luta das forças sociais pelo poder. A disputa por esse tipo de poder – ou seja, pela posse e pela interpretação da memória – está enraizada no meio do conflito e do jogo de interesses e valores sociais, políticos e culturais do presente.

> "*Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.*"[24]

Como exemplo desta disputa de poder, Michael Pollak ressalta que até mesmo as datas oficiais de uma nação são estruturadas do ponto de vista político. Sendo assim, a memória nacional constitui um importante objeto de disputa, onde os conflitos para determinar que datas e quais acontecimentos serão gravados na memória de um povo são comuns em sua vida política.

A História Oral, ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, ressaltou a importância de memórias subterrâneas, como denomina Michael Pollak[25]. Para o autor, essas memórias subterrâneas são compreendidas como elementos de subversão do silêncio, e elas emergem de maneira quase imperceptível em momentos de crise. Portanto, a memória encontra-se em disputa. O historiador, por sua vez, escolhe os objetos de pesquisa onde preferencialmente exista conflito e competição entre memórias concorrentes. Assim, com o fim do Regime Militar, a sociedade

---

[23] POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 5 (10), p. 200-212, 1992.
[24] LE GOFF, Op. Cit., p. 426.
[25] POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2 (3), p .3-15, 1989

brasileira viverá momentos de rememoração de seu passado recente, dando voz àqueles que tiveram participação ativa no movimento de oposição à ditadura e que estavam excluídos do discurso oficial[26]. A reconstituição da trajetória coletiva desse grupo de mulheres e de suas trajetórias individuais, num processo de constante interação destas duas instâncias, constrói uma outra versão desse período da história brasileira, além de registrar a dupla exclusão a que foram submetidas: foram excluídas por imposição de sua condição de gênero que as aparta da vida pública e por sua posição ideológica e ação política que desafiava a Lei de Segurança Nacional. Para tanto, a História Oral cumpre um importante papel na percepção das representações dos atores sociais sobre a própria história.

O recurso à fonte oral, além de uma necessidade metodológica imposta pela escassez de outras fontes, surge como método privilegiado para o tipo de trabalho que desenvolvemos, pois possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Desta forma, ela permite estruturar a história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, através de suas referências e também de seu imaginário. Já que a realidade é complexa e multifacetada, Paul Thompson afirma que o principal mérito da história oral é que numa maior abrangência que a maioria das fontes, ela permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista[27]. Nas palavras de Jorge Eduardo Aceves Lozano:

> *"Dessa forma, a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais. (...) A consideração do âmbito subjetivo da experiência humana é a parte central do trabalho desse método de pesquisa histórica, cujo propósito inclui a ampliação, no nível social, da categoria de produção dos conhecimentos históricos."*[28]

A utilização das fontes orais ainda recebe severas críticas por alguns acadêmicos quanto à sua credibilidade. Segundo alguns historiadores, os depoimentos são mencionados como fontes subjetivas por proverem-se da memória individual, que às

---

[26] Sobre o tema, ver o livro de Daniel Aarão Reis, que discute criticamente essa operação mnemônica da sociedade brasileira no período de redemocratização. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
[27] THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
[28] LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA e AMADO (orgs.), Op. Cit., p. 16.

vezes pode ser falha e fantasiosa. Entretanto, a subjetividade está presente em todas as fontes históricas, sendo elas orais, escritas ou visuais. Michael Pollak ao ser indagado a respeito da crítica à história oral como método apoiado na memória, capaz de produzir representações e não reconstituições do real, responde que:

> *"Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta."*[29]

A veracidade do narrador não é a nossa preocupação, o interessante é saber por que o entrevistado foi seletivo ou omisso, pois essa seletividade certamente tem o seu significado. Portanto, esta subjetividade nos remete a um universo de representações, e que através do confronto do conteúdo das diferentes entrevistas temos a recriação da trajetória coletiva de um grupo historicamente datado. Elizabeth Ferreira, ao analisar o depoimento de treze mulheres de classe média que participaram no movimento de luta armada, afirma que:

> *"Embora não haja oportunidade de agregar a este estudo uma discussão sobre a instância da verdade e sua relação com a dimensão do real e a do imaginário na narrativa (...), posso apenas destacar que, no caso de testemunhos, mais que a busca de uma verdade (mesmo sendo esta sempre problemática, por ser relativa), deve-se buscar um sentido para a pluralidade de verdades que brotam dos relatos."*[30]

A relação estabelecida entre entrevistado e entrevistador é um dos elementos mais ricos na metodologia da História Oral. Esta relação tem colaborado com a produção historiográfica na medida em que relativiza posturas mais rígidas sobre a separação entre sujeito e objeto no campo da pesquisa. Grande parte da força deste procedimento vem do fato de que a utilização do testemunho oral oferece ao

[29] POLLAK, "Memória e identidade social", Op. Cit., p. 207.
[30] FERREIRA, Op. Cit., p.105.

pesquisador o acesso a perspectivas e nuances que podem estar fora do seu alcance a partir de outras fontes documentais.

O diálogo estabelecido com o entrevistado muitas vezes não se dá de forma facilitada. Além das dificuldades, em muitos casos próprias ao processo da entrevista, podemos nos deparar com algumas problemáticas. Em nossa pesquisa, o trabalho de entrevista com indivíduos que passaram por experiências-limite, marcadas por violência física e /ou psicológica, e que têm no campo aberto da entrevista a oportunidade de falar e/ou calar sobre os intensos traumas que sofreram, é um exemplo claro do tipo de problemática com que o historiador se depara ao trabalhar com depoimentos orais. Isto leva o pesquisador, entre outras questões, a lidar não somente com as resistências conscientes e inconscientes do depoente, mas também com a forte carga emocional que pode emergir ao longo do processo da entrevista.

Em nossa pesquisa optamos trabalhar com a entrevista aberta, calcada na história de vida da depoente, que consiste no relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, com a intermediação de um pesquisador. Trata-se portanto de um trabalho coletivo de um narrador-sujeito e de um intérprete.[31] Por ser baseada no diálogo, a história de vida permite explorar melhor determinados elementos, como por exemplo aspectos da intimidade, da vida cotidiana e processos de tomadas de decisões; além de permitir maior controle sobre as informações. Conduzindo a conversação, o pesquisador estimula o entrevistado a lembrar-se e pode voltar diversas vezes ao tema de seu interesse, colocando questões de controle, ou ajudar o depoente a se rememorar de fatos e eventos.

A opção de trabalhar com trajetórias de vida está relacionada com o fato de esta oferecer maiores possibilidades ao pesquisador de explorar as relações da história individual com o contexto social, permitindo apreender a influência mediadora dos pais, dos grupos de igreja, de vizinhança, da escola e de outros grupos primários. Segundo Elizabeth F. Xavier Ferreira:

> *"A entrevista aberta é sem dúvida, um procedimento difícil pelas complicações que traz para sua transcrição e para a ordenação dos dados colhidos, mas por outro lado, é incomparavelmente mais rica pelas contradições que incorpora, pela contribuição espontânea dos participantes,*

revelando aspectos insuspeitados pelo entrevistador, como também pelos silêncios e hesitações – sempre carregados de significado – que são mais freqüentes num discurso livre de certos controles externos."[32]

O trabalho com a metodologia de História Oral proporciona o processo de rememorar e relembrar sujeitos históricos, ou mesmo de testemunhas da história vivida por uma coletividade. Sendo assim, os depoimentos coletados tendem a demonstrar que a memória pode ser identificada como processo de construção e reconstrução de lembranças nas condições do tempo presente. Ecléa Bosi atribui à memória uma função decisiva no processo psicológico total, já que ela permite a conexão do presente com o passado e, simultaneamente, interfere no processo atual das representações. *"Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, 'desloca' estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência."*[33]

Para Maurice Halbwachs toda memória é socialmente construída, sendo esta construção o resultado de uma reconstituição do passado inserido num quadro de recordações comuns a um determinado grupo histórico, ou seja, o que é lembrado apenas possui sentido em relação a um conjunto do qual se faz parte.[34] Partindo desse princípio, torna-se necessário em nossa pesquisa situar as ex-militantes que entrevistamos no tempo e no espaço, tanto os evocados por suas recordações quanto os que as ensejam. De acordo com Giovanni Levi "*a época, o meio e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias*."[35] Segundo o autor, o contexto nos remete a duas perspectivas diferentes. Por um lado, a reconstituição do contexto histórico e social em que se desenrolam os acontecimentos propicia a compreensão num primeiro momento do que parece inexplicável e desconcertante. *"Portanto não se trata de reduzir as condutas a comportamentos–tipos, mas de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo normais."*[36] Por outro lado, o contexto preenche as lacunas

---

[31] PEREIRA, Lígia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. *História Oral*: Revista da Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, n. 3, jun. 2000. p. 118.
[32] FERREIRA, Op. Cit, p. 18.
[33] BOSI, Ecléa. *Sociedade e memória: lembranças de velhos*. São Paulo: T..A Queiroz, 1979. p. 46-47.
[34] HALBWACHS, Op.Cit.
[35] LEVI, Giovanni. Usos da biografia . In: FERREIRA e AMADO (orgs.), Op. Cit., p. 175.
[36] Idem, ibidem. p. 176.

documentais por meio de comparações com outros indivíduos cuja vida apresenta alguma analogia com a do entrevistado estudado.

No próximo capítulo faremos um breve panorama dos acontecimentos no Brasil no final da década de 60, além de uma discussão historiográfica acerca da opção da luta armada pela esquerda brasileira. Assim poderemos nos aproximar do significado do engajamento dessas mulheres no projeto de oposição ao regime militar para melhor analisar suas trajetórias de vida. Finalizando com as palavras de Giovanni Levi:

> *"(...) qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica."*[37]

[37] Idem, ibidem. p. 176.

Capítulo III - O pós-68 e a luta armada

A década de 60 é marcada pela proliferação de movimentos de cunho revolucionário dos mais diferentes matizes: desde a revolução de ordem política à revolução de costumes. Os setores intelectualizados da sociedade brasileira, com destaque para os estudantes, se mobilizam pela busca da transformação da realidade social, orientados em seus projetos pela utopia revolucionária, num primeiro momento de inspiração pacífica[38]. A organização de um amplo movimento cultural didático–conscientizador se alastrava por todo o país, numa série de grupos e pequenas instituições que surgiam vinculadas a governos estaduais e municipais, além daqueles estruturados pelo movimento estudantil. No Rio de Janeiro, o Centro Poupular de Cultura (CPC), ligado à UNE, desenvolve estratégias para a construção de uma cultura nacional, popular e democrática, que aos poucos se organiza por todo o país desenvolvendo atividades conscientizadoras das classes populares. No campo, o movimento das Ligas Camponesas alcança repercussão em todo o Brasil, mobilizando a sociedade num debate político nacional acerca do velho tabu da reforma agrária. Em Pernambuco, o Movimento de Cultura Popular (MCP) estruturava núcleos de alfabetização em favelas e bairros pobres. Destaca-se também o novo método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire, em que colocava a palavra política no comando do processo alfabetizador, a fim de desenvolver a auto-consciência da situação vivida pelas populações marginalizadas.

Para Marcelo Ridenti a década de 60 é considerada o período da história recente mais assinalado pela convergência entre política, cultura, vida pública e privada na sociedade brasileira. Para melhor analisar esta convergência o autor utiliza o conceito de *romantismo revolucionário*, formulado por Michael Löwy e Robert Sayre. Ao adequar este conceito à esfera social brasileira durante os anos 60, Ridenti desenvolve a idéia da existência entre a intelectualidade[39] brasileira de um movimento que lançava novos olhares acerca da realidade social, não no sentido de justificar a ordem social existente, mas sim de questioná-la.

---

[38] Sobre o assunto, ver RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro* – artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

[39] Por intelectualidade compreende-se a categoria social produtora direta da esfera ideológica, englobando escritores, artistas, poetas, filósofos, pesquisadores, jornalistas, professores e estudantes. [39] RIDENTI,

> *"A experiência brasileira não se dissociava de traços do romantismo revolucionário da época em escala internacional: a liberação sexual, o desejo de renovação, a fusão entre vida pública e privada, a ânsia de viver o momento, a fruição da vida boêmia, a aposta na ação em detrimento da teoria, os padrões irregulares de trabalho e a relativa pobreza, típicos da juventude de esquerda da época, são características que marcaram os movimentos sociais nos anos 60 em todo o mundo, fazendo lembrar a velha tradição romântica."*[40]

Essa temática nacionalista vai ao encontro da crescente politização dos segmentos médios da sociedade e das aspirações de suas fileiras progressistas. Heloísa Buarque de Hollanda, em 1982, declarou que no início da década de 60 o Brasil viveu um dos raros momentos da nossa história em que as "forças progressistas" estiveram próximas do poder político.[41]

Toda essa movimentação da intelectualidade brasileira — sobretudo os segmentos mais jovens — no campo da cultura e da política, era como um espelho refletindo os protestos comandados pela juventude do mundo inteiro. Entretanto, no Brasil esta agitação foi motivada por especificidades locais, como as lutas pelas reformas de base no pré–64 e contra a ditadura após essa data.

Com o golpe civil-militar de 64, as idéias que inspiraram o movimento de reconstrução sócio-política do país, em conjunto com a transformação dos costumes, teriam que encontrar novas formas de existência. O jornalista Zuenir Ventura em seu livro *1968: o ano que não terminou*, afirmou que "*quando os militares deram o golpe em abril de 64, abortaram uma geração cheia de promessas e esperanças*."[42] Setores conservadores da classe média representados pelas "Marchas da Família com Deus pela Liberdade" saíam às ruas para protestar contra a "bolchevização" do país e proclamar o retorno da ordem e da moralidade.

Marcelo. Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60? In: BASTOS, Elide Rugai, RIDENTI, Marcelo, ROLLAND, Denis (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. p.197.

[40]Idem, ibidem p.199.

[41] HOLLANDA, Heloísa Buarque de, GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

[42] VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 44.

> *"Se o movimento militar viera colocar nos eixos um processo de modernização, seus efeitos ideológicos imediatos encenavam um espetáculo tragicômico de provincianismo. Repentinamente o 'Brasil inteligente' aparecia tomado por um turbilhão de preciosidades do pensamento doméstico: o zelo cívico-religioso a ver por todos os cantos a ameaça dos padres comunistas e professores ateus; a vigilância moral contra o indecoroso comportamento 'moderno' que, certamente incentivado por comunistas, corrompia a família; o ufanismo patriótico, lambuzado do céu anil e matas verdejantes – enfim, todo o repertório ideológico que a classe média, a caráter, prazerosamente é capaz de aceitar."*[43]

Daniel Aarão, num pequeno trecho de seu artigo sobre o ano de 1968 na *Revista Tempo Social*, aponta para uma complexa composição de forças sociais no momento da preparação e execução do golpe de Estado em 1964. Nesta articulação estariam presentes grupos ligados ao grande capital nacional, grupos vinculados a setores do capital internacional, setores militares, setores da Igreja Católica, segmentos médios da população e parte considerável da grande imprensa:

> *"Ali se reuniram a espada, a cruz, a propriedade e o dinheiro. E o medo, um medo muito grande, de que gentes indistintas pudessem cobrar força e virar o país e a sociedade de ponta-cabeça. (...) No outro pólo, grupos de estado-maior, comprometidos com políticas de modernização do país, cuja proposta era a de fazer o capitalismo brasileiro dar um salto para frente, a ferro e fogo, se fosse o caso, mas dosando – o ferro e o fogo – na exata medida das necessidades."*[44]

Com a instauração do regime militar em 1964 tem início um sistema político que tenta a todo o momento acabar com qualquer tipo de oposição ao governo. Diversos políticos têm seus mandatos cassados, pessoas que atuavam em organizações consideradas de esquerda ou trabalhadores envolvidos com sindicatos passam a ser procurados pela polícia.

Após a tomada do poder pelos militares, parte da esquerda brasileira interpretou o golpe como o fracasso da revolução nacional, democrática e antiimperialista proposta

---

[43] HOLLANDA, e GONÇALVES, Op. Cit., p. 13.

[44] FILHO, Daniel Aarão Reis. "1968: o curto ano de todos os desejos". *Tempo Social*: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 10(2): 25-35, outubro de 1998. p.26.

pelo Partido Comunista.[45] Inicia-se um intenso debate no interior da esquerda que originaria uma variedade de novas organizações e partidos. Abria-se espaço para a emergência de uma esquerda que iria construir sua identidade a partir da negação do reformismo e do revisionismo teórico-prático imputado ao PCB. São deste período as seguintes organizações: Ação Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Ala Vermelha, Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), entre outras.

> *"De uma maneira geral, essas tendências, às quais juntar-se-iam outras tantas, num campo político marcado pela mobilidade e pela fragmentação, apontariam no sentido de uma radicalização das formas de luta, a partir de uma estratégia que reivindicava o caráter insurrecional da revolução brasileira. Com algumas divergências de fundo, basicamente em torno do maior ou menor peso atribuído aos setores populares da cidade ou do campo na condução da transformação social, a 'Esquerda revolucionária' como se designavam as novas organizações, compartilharia de uma mesma disposição prática, lançando mão de métodos militaristas, adotando a guerrilha e as ações armadas como táticas para a eclosão de um levante de massas contra o regime de 64. O relativo prestígio dessas novas forças políticas entre os estudantes – onde se recrutava a maioria dos seus quadros militantes – pode ser visto como um sinal do clima extremamente mobilizante que envolvia a juventude ao final da década."*[46]

O projeto de luta armada estruturado pelas esquerdas objetivava não somente derrubar o regime autoritário, mas colocar fim à exploração de classe, embora houvesse divergências entre as organizações sobre como se chegaria ao socialismo. Entretanto, as organizações concordavam em um ponto comum: elegiam o imperialismo e o latifúndio como fatores de estagnação da economia e bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas.

---

[45] A proposta de Revolução sugerida pelo PCB seguia a orientação do VI Congresso da Internacional Comunista (1928). "Previa-se a revolução em duas etapas, a primeira das quais deveria ser 'burguesa', ou de 'libertação nacional'. Congregando uma somatória de classes sociais progressistas, unidas para desenvolver as forças produtivas, a revolução burguesa implicaria superar os entraves impostos ao desenvolvimento nacional pelas relações feudais no campo e pela presença do imperialismo na economia." RIDENTI, Op. Cit., p. 31.

[46] HOLLANDA, e GONÇALVES, Op. Cit., p. 72-73.

"A chamada luta armada no Brasil constituiu-se efetivamente o pólo mais extremado da resistência à ditadura no final da década de 60. Resistência no sentido libertário e não necessariamente institucional, subversivo por excelência numa sociedade como a brasileira, com classes dominantes de tradição autoritária secular. Uma resistência armada contra aqueles que impunham uma ordem que recusava um lugar para a expressão libertária dos movimentos sociais; resistência não necessariamente enquadrável pelo sistema, ou cabível nos mecanismos tradicionais de contestação à ordem, como o próprio PCB. Tratava-se de uma resistência marcada, sim, pela herança politizadora anterior ao golpe, como também pela agitação social e pela efervescência cultural mundial de 1968, pela crise das esquerdas no período, pela busca de novos modelos revolucionários internacionais – como os de Cuba e os da guerra do Vietnã – que inspirassem soluções para os problemas vividos pela sociedade de classes no Brasil. Uma resistência também contra a 'modernização conservadora' da sociedade brasileira imposta pelo regime, com o arrocho salarial, o desemprego e outras medidas econômica e politicamente excludentes da maioria da população. Uma resistência armada que não implicava necessariamente a idéia de redemocratização, mas, sobretudo de revolução."[47]

De acordo com Marcelo Ridenti, um número significativo de militantes da esquerda armada processada pelo regime militar no período 1964-1974 era composta de estudantes[48]. Tanto nas escolas, mas sobretudo nas universidades, a convivência entre alunos e professores era intensa, estabelecendo-se uma importante condição para o crescimento do ativismo estudantil e sua significativa presença social.

"A hostilidade do regime ao mundo acadêmico, em especial aos cursos de humanidades, tidos como 'antros de subversão', só fazia aumentar o poder de sedução da vida universitária sobre os jovens e o 'espírito de corpo' que se formava naturalmente, nas escolas, ao qual era impossível ficar alheio. Sob o autoritarismo, a universidade era o ambiente onde política e vida privada se confundiam numa experiência única – e inédita – para um número expressivo de estudantes. Pois, naqueles anos, a política tinha a ver com tudo o que representava para um jovem o fato de entrar numa faculdade: novos

[47] RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993 p. 64-65.
[48] Idem, ibidem, p. 71.

hábitos, novas amizades, novos gostos, novos conhecimentos, novas convicções."[49]

Para os estudantes que questionavam a "ordem burguesa", a universidade era o palco onde se criavam, se ensaiavam as atitudes e os comportamentos que deveriam concretizar a recusa da ordem estabelecida nos seus vários aspectos, desde a maneira de se portar, de se vestir, de falar, até a postura que deveria assumir perante os valores éticos tradicionais.

Exercer a militância política abrangia dentre muitas atividades a participação nas efervescentes assembléias estudantis e movimentos de greve, o comparecimento a atos públicos em lugares fechados, além de engrossar as passeatas de protesto. Entretanto a leitura e a discussão teórica de um amplo repertório de livros e publicações de esquerda era tarefa indispensável daqueles que se envolviam no movimento estudantil. Em sua crônica sobre o ano de 1968, o jornalista Zuenir Ventura elege as seguintes obras que funcionavam como manuais ou cartilhas para os jovens naquele período: *Revolução na revolução*, de Régis Débray, *Os pensamentos* de Mao, e *O Diário* de Guevara.

"A geração de 68 talvez tenha sido a última geração literária do Brasil – pelo menos no sentido em que seu aprendizado intelectual e sua percepção estética foram forjados pela leitura. Foi criada lendo, pode-se dizer, mais do que vendo."[50]

A vida estudantil não era só feita de aulas, assembléias, passeatas e discussões teóricas. Ela se estendia aos bares das proximidades das faculdades, as cinematecas, aos teatros e shows de música. Contudo, a política estava sempre presente, como também se entrelaçava com as relações amorosas, auxiliando a racionalizar atrações e rejeições e a justificar tanto os comportamentos ditos tradicionais quanto sua transgressão.

O ano de 1968 é considerado o ápice de toda a movimentação revolucionária deflagrada no início dos anos 60. Neste ano, desencadeou-se uma sucessão de acontecimentos que viriam promover a revisão de conceitos e preconceitos presentes na

---

[49] ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de, WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ. Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras,1998.v. 4 p. 364.
[50] VENTURA, Op. Cit., p. 51.

sociedade moderna, intervindo na política, nas artes, na moda, nos valores, nas relações de gênero e no comportamento.

Na França, a rebelião estudantil liderada pelo estudante Danny Cohn-Bendit promoveu uma greve geral onde aproximadamente dez mil pessoas enfrentaram a polícia num confronto que ficou conhecido como a "Noite das Barricadas". Nos Estados Unidos, o movimento *hippie* divulgava o símbolo da paz e do amor e se posicionava contra a Guerra do Vietnã, ao mesmo tempo que a luta entre negros e brancos tem seu ponto nevrálgico com o assassinato do líder negro Marthin Luther King. Mulheres foram às ruas queimando sutiãs em busca de seus direitos e igualdade entre os sexos. O *american way of life* era discutido e criticado por setores jovens da sociedade norte-americana. No leste da Europa, a insatisfação com as dirigências governamentais e partidárias despertava a oposição operária e estudantil, apontando sinais de desgaste na experiência socialista. Pela ruas de Praga, na "primavera" de 1968, centenas de manifestantes eram reprimidos pelos tanques do Pacto de Varsóvia.

No Brasil, a mobilização da juventude encontrou uma conjuntura marcada pelo desenvolvimento das contradições geradas pela nova ordem política instaurada em 1964. As manifestações de protesto, por serem violentamente reprimidas pela força policial, provocaram reações da sociedade em geral. Na Passeata dos Cem Mil, realizada no Rio de Janeiro em junho de 68, as pessoas marchavam aos gritos de "Abaixo a ditadura" e "O povo unido jamais será vencido". De braços dados com os estudantes, os organizadores, caminhavam artistas, intelectuais, parlamentares, religiosos, mães de presos políticos.

> *"Aqui, se a repressão política logrou os efeitos desejados ao nível da desarticulação dos movimentos populares, em relação à classe média, especialmente ao setor estudantil e intelectuais, restou uma relativa margem de manobra que permitiria, com o acirramento das feições autoritárias e antipopulares do novo regime, a generalização no período 67/68 de um expressivo movimento de massas."*[51]

Para Daniel Aarão, o ano de 68 no Brasil foi curto, durou apenas um semestre, entretanto foi um ano de rebeldia e ousadia. Segundo o autor, o papel dos meios de comunicação não deve ser subestimado na análise conjuntural de 68. Através dos

[51] HOLLANDA e GONÇALVES, Op. Cit., p. 71.

jornais, do rádio e sobretudo da televisão, as informações dos eventos nacionais e internacionais sensibilizava e despertava os diversos segmentos sociais.

> *"O planeta tornava-se uma aldeia global: os tiros dos soldados norte-americanos nas selvas do Vietnã ecoavam nas salas de jantar das cidades brasileiras, assim como as mulheres norte-americanas queimando sutiãs, e os negros queimando cidades, e os protestos dos estudantes franceses contra a repressão sexual, e as pernas das garotas londrinas com suas ousadas mini-saias, e os Beatles cabeludos com sua irreverência (...) e os guardinhas vermelhos, no outro lado do mundo, agitando o livrinho vermelho do grande timoneiro. Eram barricadas por toda a parte: de tijolos e idéias, de sonhos, e propostas de aventuras, exprimindo um mal-estar difuso, mas palpável como a utopia quando ela aparece ao alcance da mão."*[52]

O clima de festa revolucionária nos meios estudantis esmoreceu no final de 68, com a decretação do AI-5, as detenções e a violência institucionalizada, as demissões dos professores, o ingresso dos estudantes mais radicais nas organizações armadas e seu rápido desmantelamento pelo regime. Sendo assim, há um consenso entre os estudiosos do regime militar brasileiro, no estabelecimento do ano de 1968 (com a instauração do AI-5) como um momento de ruptura, classificado por alguns autores como um "golpe dentro do golpe". Estabeleceu-se, a partir de então, o início do período mais duro do regime instaurado em 64, que prosseguiu até o início do processo de abertura em 1974.

Diante deste "segundo golpe" a esquerda sentia-se novamente derrotada e encontrava-se num ponto de impasse. O aprofundamento do Estado de exceção favoreceu, aparentemente, as propostas radicais e ofensivas de luta pelos novos grupos e organizações clandestinas, em grande parte originadas de dissidências do Partido Comunista.

> *"(...) As organizações que se tornaram clandestinas por ausência de espaços de participação política legal e optaram pela luta armada por, naquele momento considerar que era a única forma de fazer frente ao regime autoritário, também necessitaram construir suas estratégias de atuação."*[53]

---

[52] REIS FILHO, Op. Cit. , p. 31.

[53] AQUINO, Maria Aparecida de. A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e política* (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7 letras, 2000. p. 282.

Devemos recordar que a conjuntura internacional favorecia posições radicalizadas e ligadas à luta armada. A vitória das revoluções Chinesa em 1949, Cubana em 1959, e Argelina em 1962, o processo das independências nacionais na África e no mundo muçulmano, a luta revolucionária no Vietnã, entre muitos outros processos, concederam novo ânimo aos movimentos revolucionários na América Latina. Entretanto, a ascensão de Fidel Castro e Che Guevara ao poder através da mobilização dos camponeses na guerrilha pela Serra Maestra, era o modelo mais admirado e estudado pela esquerda armada naquele período.

> *"Naquela época, o foquismo era a teoria oficial da Revolução Cubana. (...) A esquerda brasileira tomou conhecimento da teoria do foco através dos escritos de Ernesto Che Guevara, desde* A guerra de guerrilhas*, de 1960, e de Régis Debray. Deste último,* Revolução na revolução?*, folheto de 1967 suscitou entusiasmo instantâneo. (...) O ponto de partida da teoria do foco consistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo revolucionário em todos os países latino-americanos. (...) O foquismo trouxe outra novidade, que o singularizou: a idéia da primazia do fator militar sobre o fator político, da prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido."*[54]

Setores crescentes foram aderindo ao projeto de guerrilha urbana, da resistência clandestina à ditadura. A partir do segundo semestre de 1968 intensificaram-se as ações armadas: expropriações de quartéis, lojas de armas e depósitos de dinamite, assaltos a bancos, bombas, ataques a embaixadas e consulados e o seqüestro de diplomatas estrangeiros.[55]. O principal objetivo das expropriações era levantar fundos para concretizar a tão sonhada guerrilha rural. Contudo, a guerrilha ficou confinada nas cidades. As dificuldades para a organização da guerrilha no campo estendeu o tempo de ação nas cidades, enquanto as bases possíveis de apoio para a luta armada eram neutralizadas ou se distanciavam da oposição. Segundo Emir Sader, as tentativas de guerrilha rural foram um fracasso:

---

[54] GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999. p.88-89.

[55] As autoridades estrangeiras eram seqüestradas por grupos guerrilheiros que visavam a libertação de presos políticos e seu destino ao exílio como resgate do seqüestro. Foram seqüestrados os embaixadores dos Estados Unidos (setembro de 1969), da República Federal da Alemanha (junho de 1970), da Suíça (dezembro de 1970) e o cônsul do Japão (novembro de 1970).

"Apenas um acampamento de treinamento guerrilheiro rural se estabeleceu, no Vale do Ribeira, pela VPR de Lamarca, mas foi desbaratado também pela repressão. (...) O PC do B havia se preparado diretamente para a guerrilha rural e começou a desenvolver um foco guerrilheiro no Araguaia, em 1972. Descobertos pela repressão ainda na fase de trabalho político preparatório, os guerrilheiros foram obrigados a entrar em combate com as forças do exército antes ainda de estar em condições de fazê-lo. Apesar de seu enraizamento social na região, os guerrilheiros foram cercados por grande quantidade de tropas e não puderam resistir."[56]

As organizações guerrilheiras atuaram sem base social, sua proposta de luta armada não atingia as massas. O governo apresentava o êxito econômico do "milagre" como elemento de legitimação política, que desorientava e neutralizava setores consideráveis da opinião pública.

"Ao mesmo tempo, a ditadura militar aplicava aos diferentes tipos de oposicionistas diversificados instrumentos de repressão, desde as pressões informais, as cassações de direitos políticos e as demissões compulsórias às prisões arbitrárias seguidas de tortura e assassinato."[57]

O formidável aparato repressivo do governo, aos poucos consegue aniquilar as organizações clandestinas. Segundo Maria Aparecida Aquino, na primeira metade dos anos 70 se extingue a experiência da luta armada contra o regime autoritário.[58] As poucas organizações que sobreviveram esboçaram uma autocrítica da experiência armada. Segundo Maria Paula Araujo, "*a ferida da luta armada abriu campo para a visceral rejeição à violência que, em contraste com a década anterior, marcou a esquerda no Brasil e no mundo, a partir de meados dos anos 70*."[59]

A partir da década de 70 encontramos uma rearticulação dos grupos, partidos e organizações que buscavam a inserção na vida política brasileira, clamando por legalidade e procurando espaços abertos e públicos de atuação. Organizou-se um novo conjunto de grupos políticos desvinculado do projeto de luta armada, entremeados por novos debates acerca da estratégia de enfrentamento da ditadura militar.

---

[56] SADER, Emir. *O anjo torto:* esquerda (e direita) no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.129-130.
[57] GORENDER, Op. Cit., p. 173-174.
[58] AQUINO, Op. Cit. p. 283.
[59] ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada*: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 98.

O ano de 1974 é o marco da mudança no movimento de oposição ao regime militar. Através do projeto do novo general-presidente Ernesto Geisel de abertura política *lenta, gradual e segura,* começam a mudar as condições de luta opositora com o anúncio de espaços institucionais para sua inserção[60]. Sendo assim, o projeto de distensão política que fora idealizado pelo governo em resposta a questões e conflitos internos, teria se concretizado, na prática, através da interferência comandada pelas organizações da sociedade civil e de mobilizações de massa.

[60] Sobre a atuação dos novos grupos de oposição ao regime militar brasileiro a partir da década de 70, ver: ARAUJO, op. cit.

Capítulo IV – Mulheres e militância política: enfrentamento político e social

Neste capítulo, iremos analisar, através dos depoimentos de seis ex-militantes políticas, aspectos de suas experiências no envolvimento com o projeto de luta armada e seus reflexos até os dias atuais. Entretanto, algumas considerações preliminares devem ser feitas para melhor esclarecer a análise que nos propomos fazer.

As entrevistas foram realizadas pelo Núcleo de História Oral do Laboratório dos Estudos do Tempo Presente (IFCS/UFRJ) no período de julho de 2002 a setembro de 2003.[61] Como foi discutido no capítulo II, a memória pode ser identificada como processo de construção e reconstrução do passado nas condições do tempo presente, logo, é necessário apontar que, no período em que as entrevistas foram realizadas, o Brasil passava pela euforia das eleições presidenciais (com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva) e o primeiro ano de seu governo. Esta conjuntura marca o discurso de nossas ex-militantes, com expressões de esperança de um Brasil diferente, com gosto de vitória de anos de dedicação à militância política[62] ou com decepções das primeiras medidas adotas pelo tão sonhado governo.

Embora as narrativas não estejam fixadas por desdobramentos de uma cronologia dada *a priori,* podemos observar um eixo que ordena a rememoração das trajetórias das depoentes, e que definimos como três momentos centrais de reconstrução da experiência política na vida dessas mulheres. Esses momentos estruturam nossa análise. São eles: o engajamento no projeto de esquerda, a militância clandestina e a reintegração à vida social legal.

Antes, contudo, faremos uma breve apresentação da trajetória de vida de nossas entrevistadas, apresentando dados que nos permitam uma melhor compreensão da discussão de aspectos da militância feminina contra o regime autoritário brasileiro nas décadas de 60 e 70.

---

[61] Três das entrevistadas concederam seus depoimentos em seus locais de trabalho e as outras em suas casas. As entrevistas foram realizadas por alunos do Núcleo de História Oral do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (com a minha participação em todas elas), sob a supervisão da professora Maria Paula Araujo. Esses depoimentos, e muitos outros, integram o acervo "Memórias de Esquerda", e estão disponíveis para consulta no Núcleo.

[62] Conforme declaração de duas entrevistadas de que a sua geração tinha finalmente chegado ao poder.

- ***Flávia Camargo Cavalcante:*** nasceu na Argentina (seus pais eram brasileiros e passavam férias na casa de seus avós), passou a infância e a adolescência na Zona Sul do Rio de Janeiro. Estudou no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde teve início a sua militância política. Envolvida com o movimento estudantil, Flávia ingressa na organização armada Var-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares) aos 17 anos. Meses depois entra na clandestinidade, sai de casa e passa a morar com seu namorado (também integrante da Var-Palmares) no subúrbio do Rio de Janeiro. Com a prisão e tortura de seus companheiros, e a descoberta pelos órgãos de repressão de sua participação no movimento de oposição, ela decide sair do Brasil em 1970. Fica alguns meses na Argentina, e segue para o Chile com seu companheiro. No exílio, integra-se ao MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), participa da política chilena, trabalha na universidade em que sua mãe lecionava e se casa. Com o golpe militar no Chile, ela e o marido retornam à Argentina sob orientação da organização. Participa da elaboração da Revista *Brasil Socialista*, e em 1976 decide retornar ao Brasil. Engravida, se divorciando logo após o nascimento de sua filha. Envolve-se com os comitês de Anistia, com a organização do PT e trabalha como jornalista até os dias de hoje.
- ***Mariza Versiani Formaggini:*** nasceu em Monte Claros (Minas Gerais), em uma família de doze irmãos. Ainda quando criança, seu pai, que era funcionário do Banco do Brasil, é transferido para o Rio de Janeiro (Niterói). Estudou no Liceu de Niterói, e inicia a sua militância política no Movimento da Juventude Estudantil Católica (JEC). Prima de Darcy Ribeiro, Mariza, então com 17 anos, passa uma temporada na casa dele, fazendo companhia para sua esposa, já que ele estava preso. Em 1969 ingressa na Faculdade de Medicina de Petrópolis, onde desenvolve uma intensa militância. Presa em 1970, mas liberada em seguida, ela ingressa na ALN (Ação Libertadora Nacional), entrando daí por diante na clandestinidade Vai morar com o namorado (integrante da ALN) em Icaraí. Com a prisão do companheiro, ela decide abandonar o movimento. Forma-se em Musicologia, trabalhando com terapia e produção cultural, casa-se e tem três filhos.
- ***Jessie Jane Vieira de Souza:*** nasceu em Bom Jesus do Galho (Minas Gerais). Com a entrada de seu pai no PCB, a família transita por vários estados, estabelecendo-se em São Paulo. Estudou em escola de formação para professoras, e chegou a ser

aprovada no curso de Ciências Sociais da USP, onde não ingressaria por ter entrado na clandestinidade. Jessie fora criada sob o clima das reuniões do Partidão que freqüentemente ocorriam em sua casa. Com a estruturação da ALN e a participação direta de seu pai neste processo, ela ingressa nesta organização. Em 1969 sai de casa e vai morar com seu namorado (atual marido) e outros companheiros num aparelho[63] da ALN em São Paulo. Em 1970, após a prisão de alguns companheiros, Jessie e quatro integrantes da ALN seqüestram um avião no Rio de Janeiro. Um dos militantes é morto a tiros pela repressão, e ela é presa e torturada. Sua família havia saído do Brasil. Ela então engravida[64] e tem que deixar a filha com a avó paterna até a sua libertação, em 1979. Organiza o comitê de Anistia em Volta Redonda, em 1982. Cursa História na Universidade Federal Fluminense e participa da legalização do PT. Concluiu doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro e hoje é professora no Departamento de História desta instituição.

- ***Vera Lúcia Thimoteo Dominguez:*** nasceu no subúrbio do Rio de Janeiro, passou infância e adolescência em bairros da Zona Norte e da Zona Sul carioca. Estudou no Colégio Pedro II, onde ingressou no movimento estudantil. Ingressa na VPR e desenvolve um trabalho de treinamento de novos militantes. Vera vive uma semiclandestinidade, sai de casa e passa a morar sozinha num quarto alugado, mas continua trabalhando. Quando a polícia a procura em sua casa (e não a encontra), causando um grande constrangimento em sua família, ela decide ir para o Chile (com o namorado) encontrar seu irmão. Participa da política chilena e, com o golpe militar em 1973, é presa e torturada. Fica confinada meses no Estádio Nacional, e quando libertada segue para a Suíça (com seu novo namorado, um militante chileno). Tem um filho no exílio e retorna ao Brasil após oito anos de extradição. Ingressa na faculdade de Ciências Sociais mas não conclui o curso, e passa então a trabalhar na organização de eventos culturais.
- ***Maria Angela Carvalho de Oliveira Muniz:*** nasceu no Rio de Janeiro, numa família de doze irmãos. Foi criada na Zona Norte carioca, estudou no Instituto de Educação, lecionou para comunidades carentes da Maré, e iniciou o curso de Ciências Sociais na UFF. Participa de alguns movimentos de professores,

[63] Ao entrarem na clandestinidade, muitos militantes saíam de suas casas e passavam a morar em residências alugadas por sua organizações, que eram denominadas "aparelho".
[64] Na segunda metade dos anos 70, o governo concede o direito de visita íntima entre os presos políticos.

ingressando em seguida no PCB. Opta pela militância armada e ingressa no MR-8, sai de casa e vai morar com o seu namorado (atual marido), entrando na clandestinidade. Presa em 1971, Angela é torturada e libertada em 1972. Sai do Brasil e encontra com o marido no Chile, onde tem seu primeiro filho. Após o golpe militar no Chile e a autocrítica da luta armada feita pelo MR-8 ela segue para a França, onde terá um grande envolvimento com o movimento feminista francês, integrado ao brasileiro. Cursa Ciências Sociais na Sorbonne e tem o seu segundo filho. Retorna ao Brasil em 1978, integra o grupo que cria o *S.OS. Mulher* e participa ativamente do movimento feminista. Trabalha com alfabetização de adultos em áreas carentes, e hoje é consultora da Unesco.

- ***Maria Lúcia Murat Vasconcellos:*** nasceu no Rio de Janeiro, passou infância e adolescência na Zonal Sul. Seu pai era médico e muito ligado ao PTB. Estudou no Instituto de Educação, mas sua militância se inicia quando ingressa na Faculdade de Economia da UFRJ. Ingressa no MR-8 e em 1969 entra na clandestinidade, indo para Salvador e perdendo o contato com a organização, restabelecido mais à frente. Retorna ao Rio, é presa e torturada, sendo libertada após três anos e meio. Trabalhou nos jornais *Opinião* e *O Globo*, e em 1989 dirigiu o filme "Que bom te ver viva", um documentário dramatizado sobre as mulheres torturadas no pós-64.

4.1 - O engajamento político

Para cada momento, há tanto elementos de identificação como de divergência nos relatos dessas seis mulheres. O primeiro ponto de diferença já é demonstrado com as recordações da natureza do envolvimento político de cada uma. Nessa medida, a questão de suas origens ultrapassa a classificação sociológica de classe social, ao se estender a seus sistemas de referência, com a incorporação de dados pessoais tais como a organização familiar de cada uma delas (com sua articulação interna através das relações entre pais e filhos), formação religiosa, status intelectual e social (profissão dos pais e de outros membros do grupo e seu grau de prestígio), posição ideológica dessas famílias, com suas expectativas, visões e posicionamento em relação à realidade social e também em relação aos filhos e, finalmente, a qualidade de vida emocional e afetiva dessas famílias. Esses aspectos são de suma importância no caso de nossas depoentes, já que as modalidades e motivações da entrada na cena política são diferentes.

Flávia, proveniente de uma família de classe média alta do Rio de Janeiro, tem o debate político presente nas discussões familiares. Sua mãe , simpatizante das idéias de esquerda, e o pai, das de direita, colocam em aberto com as filhas as suas visões políticas, construindo um clima de discussão política bastante acirrado na família. Com a separação de seus pais, a mãe tem uma maior participação na sua vida. Esta, cursando Sociologia, teve destaque na formação política de *Flávia*, porém a mãe, apesar de simpatizante de esquerda não era militante no sentido da ação político-partidária, e se mostra demasiadamente assustada e contrária à decisão da filha de entrar numa organização de luta armada contra o regime militar. Mas ela participará do grêmio estudantil do Colégio de Aplicação da UFRJ, ingressando, assim, na militância política:

> *"A militância política começou no Aplicação. Minha mãe fez faculdade muito tarde, ela fazia Sociologia na faculdade de Filosofia isso foi em 63, antes do golpe militar, então era uma faculdade muito atuante e os alunos dos últimos anos da faculdade eram licenciandos no Aplicação, então eles traziam para a escola todo o clima da faculdade. E eu já tinha essa influência em casa, minha mãe tinha feito teatro, estava naquele momento fazendo Sociologia, lia muito, trazia livros marxistas. Minha casa vivia cheia, discussão política o dia inteiro."*

Angela, proveniente de uma família de classe média da zona Norte do Rio de Janeiro, admite que seu engajamento num projeto de esquerda é em grande parte devido à educação e orientação dada por seus pais, sobretudo seu pai, que possuía uma grande preocupação em ajudar o próximo e ensinar isso para seus filhos. Entretanto, sua família não possuía nenhuma inclinação política, no sentido estrito do termo.

> *"Meu pai era funcionário do Banco do Brasil, sempre se dizia socialista, e nunca foi militante, mas era um homem muito preocupado com o próximo, e isso vai marcar muito a minha vida."*

Aos 17 anos *Angela* torna-se professora primária e entra na militância política através do movimento dos professores. Ela afirma que seu namorado na época (e seu marido até os dias atuais), em muito influenciou suas escolhas políticas.

O envolvimento de *Jessie Jane* com a política é analisado por ela como um caminho natural designado pela própria constituição de tradição comunista de seu núcleo familiar. Ela nasce no interior de Minas Gerais, e quando tem cinco anos de

idade seu pai entra no PCB A família peregrina então por vários estados. Ter posicionamento de esquerda confere-lhe uma sensação de certa banalidade, de algo demasiado familiar, pela relação com toda a atmosfera comunista presente na sua casa, além do contato direto com os ex-presos políticos de 1935, amigos e protegidos de seus pais. Jessie acrescenta que nunca participou de nenhum movimento estudantil e que toda sua experiência social e escolar foi com pessoas e jovens de seu meio:

> *"Eu sempre digo que ser de esquerda não foi uma opção, era uma coisa natural. Meu pai era do Partido Comunista, nunca tinha convivido com ninguém que fosse de direita. Eu não entrei na esquerda por conta de uma relação intelectual, na universidade, no movimento estudantil, eu nasci numa família comunista. Meus tios eram os velhos comunistas de 35."*

Foi através da mobilização política na Igreja que freqüentava que *Mariza* iniciou a sua militância, aos 12 anos de idade. Através do convite de dois militantes da JEC ela passa a freqüentar as reuniões de um frade que reunia componentes da Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC) em suas missas. Mas vai ser na Faculdade de Medicina que ela assumirá o posto de representante de turma, recrutando militantes e escrevendo para o jornal do grêmio.

Ao ingressar na Faculdade de Economia da UFRJ, *Lúcia* integra, junto com amigos, o Diretório Acadêmico, onde é eleita para o cargo de vice-presidente. Sua entrada no movimento estudantil significou, segundo conta, um rompimento com a educação conservadora dos anos 50. Com 19 anos ela entra para a Dissidência da Guanabara. Para ela toda a mobilização político-cultural pela qual a sua geração passava, é considerada não somente um movimento de oposição à ditadura militar, mas sobretudo um questionamento de costumes e valores.

> *"Minha relação com a política começa depois que eu entro para a faculdade, tudo começa a mudar porque nos anos 60, a situação familiar, angústias , desejos, estavam caminhando pra aquilo, era um prato cheio (...) Eu vim de uma geração que em 68 foi presa, não era só política, brigava pelo anticoncepcional, brigava com a família, saía fora, um rompimento muito grande com um tipo de vida que você tinha nos anos 50, eu diria que esta questão libertária era muito forte, era muito difícil."*

A demissão do pai de *Vera* da PainAir (empresa de aviação), após o golpe de 64, é assinalada pela entrevistada como motivação principal de um primeiro questionamento acerca da realidade política do país.

> *"Estava todo mundo dizendo que era uma questão política, e eu comecei a pensar como é que pode meu pai ficar numa situação dessas, e isso começou a bater na minha cabeça, e uma espécie de revolta: pô, sacanagem com meu pai por quê? E o governo militar ele tem alguma responsabilidade nisso, tem a responsabilidade de colocar uma porrada de pais de família na rua? Então vem essa questão política, foram não sei quantas pessoas cassadas. Fiz congressos, você está acompanhando isso e mais a instabilidade econômica inicialmente. E isso começou a mexer com a crença em Deus, cadê Deus nessa história? (...) E você vai perceber que o governo militar tem responsabilidades."*

Mas será através das aulas de Filosofia e História no Colégio Pedro II que ela começará a se interessar por política e ingressará no movimento estudantil.

As entrevistadas tornaram-se militantes por convicções políticas. Entretanto, para a adesão a uma determinada organização de esquerda concorriam questões muito específicas. *Flávia* afirma que sua entrada numa organização de luta armada foi uma decisão conjunta com o grupo de amigos que militavam com ela no movimento estudantil secundarista, e conclui que foi um representante de uma determinada organização que a seduziu através de seu discurso.

> "*Eu me encantei, pois era uma pessoa articulada politicamente. Então as pessoas foram se ligando de acordo com que batiam a afinidade."*

Angela entra no PCB por influência de seu companheiro, de algumas poucas pessoas de sua família (como sua irmã) e de alguns amigos professores. Contudo, quando sai do "Partidão" e entra na Dissidência Comunista, admite que faz esta opção pois acreditava na luta armada. *Vera*, através de debates com o irmão e de um convite feito por ele, integra um grupo de discussões sobre a questão da luta armada (no qual ela era a única mulher), escolhendo a VPR pois considerava esta uma organização que fazia um trabalho com as bases. Como o pai de *Jessie* foi, juntamente com Marighela, um dos fundadores da ALN, seu ingresso nesta organização é colocado como algo natural, uma extensão de suas relações familiares.

Algumas das entrevistadas declararam sofrer algum tipo de discriminação pelo fato de serem mulheres militantes Discriminações vindas dos órgãos de repressão, da família e até mesmo dos companheiros de militância. *Lúcia*, quando presa no Rio de Janeiro, ouviu numas das sessões de tortura um oficial dizer que pior que ser comunista era ser comunista mulher. *Mariza* resolveu definitivamente entrar na clandestinidade e sair de casa quando um dia ela voltou para casa dos pais de madrugada, e ao bater na porta ninguém abriu.

> "*A minha família, vendo uma mulher, por mais que soubesse que eu estava ligada ali, acompanhando tudo com o Darci (Ribeiro) e Berta (sua esposa), participando de todos os movimentos, que eles acompanhavam. Mas quando você some, a gente passava uma semana fora, a gente ia lá pra Saquarema, estudando, trabalhando, e eles achavam que, no conceito deles, eu levava uma vida leviana. E por que eu aceitei entrar para o aparelho? Por dois motivos. Primeiro, quando eu me engajei, me engajei inteira. Segundo porque na época, um dia eu voltei pra casa bati na porta de madrugada, e não abriram a porta, e não voltei mais, voltei trinta anos depois."*

Vera, ao entrar para um grupo de discussão teórica a convite de seu irmão, sentiu que os companheiros a tratavam diferente.

> *"Era um grupo altamente machista todos os três sem dúvida alguma, eu era mulher e, além disso o trio se considerava intelectualmente superior. Mas eu tinha uma certa timidez e ficava mais insegura, tinha mais insegurança porque eu tinha uma certa dificuldade de me colocar, embora eu discordasse às vezes da posição deles, mas eu não me colocava. Então como eu não era uma pessoa voltada para dentro das discussões, obviamente quando começaram a dar tarefas não me davam muita coisa pra fazer, pois não tinham segurança em mim."*

Quando ela ingressou na VPR, percebeu que o tratamento diferenciado e a cobrança acerca da capacidade da mulher de exercer determinadas tarefas intensificou-se.

> *"As mulheres tinham que ser as melhores, então havia assim toda uma concorrência dentro da organização. E no treinamento privilegiava quem dava o tiro*

mais certo, tinha uma cobrança maior. E eu observa muito essas coisas, eu tinha muito essa coisa de olhar e não concordar, mas não dizia nada. "

Esta cobrança também é sentida por *Flávia* na Var-Palmares:

> *"As mulheres valentes, corajosas, eram muito mistificadas, já as mulheres medrosas como eu, eram mais discriminadas, acho que isso é uma coisa muito masculina. Então quer dizer que não me levavam muito a sério, como levavam as outras mulheres, e isso era um critério na hora de definir tarefas, quem topava, quem ia, não tinha medo, era mais valorizada."*

Entretanto, tanto para o pai de *Lúcia* quanto para a mãe de *Flávia*,[65] que eram pessoas ligadas à política, o envolvimento de suas filhas com o movimento de esquerda não fazia parte de suas grandes preocupações, e sim a questão moral, representada pela liberdade sexual tão questionada neste momento.

> *"Eu acho que papai tinha muito orgulho, achava uma porra-louquice essa história toda (...) Eu acho até engraçado do ponto de vista dos valores, papai era um médico, mas ao mesmo tempo era muito conservador. E eu fiquei grávida em 69, e tinha que fazer um aborto, e eu fiquei meio apavorada, e liguei para ele pra ver se ele me descolava um médico, ele ficou arrasado e eu me lembro que ele falou essa frase, que eu acho antológica: 'Você não saiu de casa pra isso'. Ou seja assaltar banco, seqüestrar tudo bem, mas engravidar não podia! Ele ficou arrasado, mas mandou o dinheiro que eu precisava."(Lúcia)*

> *"Engraçado, minha mãe era uma pessoa muito aberta na coisa política, e muito fechada na parte do comportamento, por exemplo se eu dissesse que ia sair pra transar com o meu namorado, era impossível, era tudo escondido, mas se eu dissesse que ia passar um final da semana num congresso de estudantes, tudo bem! Então eu vivi isso durante muito tempo, porque na época do Aplicação, foi um momento bem legal, porque junto com a política vem tudo junto, então a gente viveu uma época em que a gente dizia que o casamento, as relações monogâmicas são o fim e não o começo, então tem que abrir para se chegar e construir a relação monogâmica, então trocamos todos os namorados, foi um caos, mas tinha a coisa de experimentar." (Flávia)*

A questão da feminilidade é enfocada por *Vera* e *Flávia* sob dois diferentes pontos de vista. Enquanto a primeira questionava os companheiros quanto a este ponto, a segunda o negava e se censurava quanto ao fato de ser vaidosa.

> *"Naquela época jogava uma calça jeans desbotada, o tênis era Bamba, preferivelmente uma camisa cáqui, quanto mais mal arrumada melhor... E eu estava em outra, eu me arrumava, eu me pintava, eu trabalhava, mas eu gostava de me arrumar e isso era questionado pelos meus superiores e pelos meus subalternos também. Porque tinha aquela coisa da rebeldia geral Woodstock e aquela coisa toda que o pessoal andava sujo, não tomava banho, tinha isso mesmo. Eu dizia: 'Eu quero ser bonita, eu quero ser cheirosa, quero botar uma roupa legal, eu quero passar batom.' E o carnaval eu amava de paixão, mas era a negação total, então o carnaval foi cortado, então foi um período muito radicalizado." (Vera)*

> *"Eu era muito Patricinha, e me punia muito por isso. Eu usava lenço na cabeça pra esconder o cabelo. Eu era muito vaidosa e isso tudo era muito escondido, e eu tinha muita culpa de ter dinheiro. (...) Eu tinha um cabelo comprido, muito Zona Sul, e eu tive que cortar o cabelo. As roupas eu dei, e me emprestaram roupas mais simples." (Flávia)*

O reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos encontra barreiras porque rompe com os padrões estabelecidos pela família e pela sociedade, que determinou códigos masculinos de participação pública e política.

Além dos aspectos diferenciadores apontados na formação do caráter político de cada entrevistada, nos deparamos com os traços individuais de personalidade e de aspectos subjetivos dessas jovens naquela época. Assim, as motivações e as representações individuais dessa mulheres são contrastantes, ao mesmo tempo em que as motivações e as representações coletivas com as quais se identificaram as aproximam em outro nível.

4.2 - *A clandestinidade*

---

[65] O pai de *Lúcia* era ligado ao Partido Comunista e teve uma estreita relação com o PTB e o legado varguista. A mãe de *Flávia* era socióloga (estudante neste período), e tinha forte relação com a esquerda, participando de discussões teóricas realizadas em sua casa.

A vida na clandestinidade proporciona ao indivíduo uma ruptura com o seu contexto cultural e afetivo. Na clandestinidade há uma reorganização da relação dessas mulheres com o tempo, espaço e interação com outros companheiros e com a família. Neste sentido, a qualidade de vida que lhes é conferida exige adaptação de seus padrões psicossociais. Morar em subúrbio, para *Flávia* (que o fez por solicitação da Var-Palmares), que na ocasião (1969) tinha apenas 17 anos, é um rompimento com todo o seu referencial e cotidiano de "menina da Zona Sul carioca":

> *"Eu morava num apartamento grande, bom, na Zona Sul, na rua Santa Clara eu nunca tinha cruzado o túnel passei uns seis meses para decidir sair de casa, era um drama."*

Para Elizabeth Ferreira "*esses indivíduos transitaram na malha da sociedade de forma peculiar, com procedimentos alternativos que contrastavam com o código elaborado por sua cultura para a interação social.*"[66]

Assim, a delicada condição dessa experiência não pôs fim aos arranjos sociais que são constantemente negociados em cada cultura para orientar e garantir a reprodução da vida em sociedade, somente os reproduziu de outra forma e num outro nível da realidade social, concedendo-lhes novos significados e, desse modo, assegurando um modo de vida sociocultural diferente do legal, criando novas redes de interação.

Através das palavras de *Jessie* percebemos como a adaptação das representações sociais estavam presentes no cotidiano dos(as) militantes:

> *"Você não tem vida no aparelho, você não sabe a pessoa que está morando contigo, você não sabe de onde veio, você está vivendo numa situação de absoluta insegurança pessoal, tem que estar atenta a todos os movimentos que você faz, você tem uma agenda de encontros, é uma corrida contra o tempo."*

A clandestinidade é classificada por *Lúcia* como um período de isolamento, nervosismo, solidão, tensão e medo. Entretanto, enumera o período que ficou em Salvador como um ponto positivo desta experiência, já que morar em favela representou uma importante contribuição no aspecto social e humanitário.

"Você discute tortura no meio das relações múltiplas e começa aquela coisa tensão, tensão. E a discussão básica é a tortura, o que você faz, o que você não faz, se você reage, se você não reage, tem que se preparar pra morrer, tem que se preparar para se suicidar, é uma tensão permanente. Você não tem mais amigos, e passa ser aquela coisa do quarto alugado, você fica muito isolado."

Não somente por fingimento, mas também pelo equilíbrio emocional dos militantes, tentava-se reproduzir nos aparelhos um mínimo de normalidade cotidiana. E a mulher desempenhou um importante papel nesta estrutura aparentemente familiar conferida à vida clandestina. Tanto nas declarações de *Flávia* quanto nas de de *Mariza*, esta preocupação estava presente a todo instante durante o período em que estavam clandestinas.

" Eu me lembro, por exemplo, em Brás de Pina, época de Natal, eu botava do lado de fora enfeites de Natal. A gente estava fazendo uma comida, porque era uma reunião que ia juntar os nossos dirigentes, e eram pessoas já procuradíssimas, então tinha que ter uma segurança. Então, antes de começar a reunião, por exemplo, eu fui no vizinho e falei para dona: 'Eu vou chamar uns parentes meus que estão chegando de São Paulo, a senhora vem aqui me ajudar? Eu sou nova, não sei fazer direito essas coisas'; ela veio, me ajudou a temperar o feijão, porque como eu sabia que vinha gente, fiz de tudo para ela não desconfiar. Então eu era muito cuidadosa, como eu era muito medrosa, eu prestava muita atenção; eu varria a calçada de manhã, cumprimentava os vizinhos. Porque era muito estranho um pessoal que chega, aluga uma casa e fica lá dentro e eu aparecia muito, entendeu? De manhã varria, eu tinha uma relação com o bairro, mínima, mas cumprimentava todo mundo, servia cafezinho, essas coisas, até para me proteger. Era uma coisa que tinha gente que não ligava muito para isso não, eu ligava." (Flávia)

"Nos casamos, comprei as alianças na Lojas Americanas, eu sempre gostei muito de criança, de trabalhar com criança. Nós tínhamos um jardim, e as crianças da rua ficavam doidas para entrar, e eu mantinha um relacionamento estreito com a comunidade, porque era importante pra mim... um casalzinho recém-chegado, fizemos um contrato com a pessoa que era, inclusive, conhecida, desse meu companheiro, fizemos o contrato ali, e peguei alguma coisa minha, disco, mínimo de

---

[66] FERREIRA, Op. Cit., p. 133.

roupa, era tudo era muito simples; compramos um colchão, não tinha cama." (Mariza)

Para *Flávia*, *Angela* e *Mariza* a entrada na clandestinidade significou também o início da vida conjugal, já que ao saírem de casa passaram a morar com seus namorados.

> *"Ao mesmo tempo que eu estava saindo de casa pra isso, eu estava saindo para morar com o meu amor, então eu juntei as duas coisas, apesar do medo, tinha um lado muito bonito, que foi esse meu companheiro. Eu ia na feira, comprava flores..." (Flávia)*

A opção pela militância política representou uma mudança radical no modo de vida das entrevistadas. A clandestinidade, o permanente risco da prisão e da tortura, a necessidade do aperfeiçoamento teórico e o desenvolvimento de ações práticas exigiam disciplina, dedicação e sobretudo paixão. Como afirmam *Angela e Lúcia*:

> *"Eu era inteiramente dedicada, depois da prisão eu nunca mais consegui ser tão fascinada pela militância como eu fui naquele período, eu era feliz. Você sabia que vivia de uma forma vulnerável, que podia ser preso a qualquer momento, mas eu era muito feliz, não tinha nenhuma dúvida, não tinha nenhum medo." (Angela)*

> *"Em outubro, o pessoal resolveu fazer uma ação em Salvador, uma cagada, e foram presos. A partir daí seguiram a gente, mas não reconheceram nem eu nem ao Zequinha. Mas a partir daí eu fiquei entocada em Salvador, eu consegui ficar entocada em Salvador!, de outubro até fevereiro, esperando vir alguém do Rio, esperando ter condições para sair de Salvador. Eles faziam buscas nos ônibus só de mulheres, era barra pesada." (Lúcia)*

O medo da prisão e da tortura era algo muito presente na vida de *Flávia*. Com a prisão de seus companheiros ela fica assustada e decide sair do Brasil. *"Para mim era impossível continuar no Brasil, eu não dormia mais, eu tinha medo, escutava barulho de polícia em tudo que era lado, era um inferno."* Entretanto ela sentiu-se muito culpada, uma "desertora" por deixar o país e a organização.

Para Maria Auxiliadora Arantes, ser clandestino supõe um disfarce, um investimento psíquico reiterado, uma determinação férrea, um pacto com o escondido e com a resistência pessoal política e muitas vezes armada. Entretanto, para não sucumbir

psiquicamente, o clandestino mobiliza seus ideais identitários e o repertório de investimentos afetivos que sabiamente manteve em reserva durante os tempos de dor. Segundo a autora, esta reserva psíquica vai ser deflagrada nos sonhos, nas fantasias, nos "planos e viagens" que o militante reinventa na clandestinidade ou em outras circunstâncias recessivas – na prisão, no exílio etc..[67]

Estas mulheres estiveram submetidas a experiências que lhes conferiram autocontrole e desprendimento em relação ao modo de vida anterior, impondo-lhes ao mesmo tempo a necessidade de uma rápida adaptação a condições adversas e totalmente desconhecidas.

O término do período de clandestinidade foi diferente entre as entrevistadas: *Angela*, *Lúcia* e *Jessie* foram presas e torturadas; *Flávia* e *Vera* foram para o exílio; e *Mariza*, após a prisão de seu companheiro, isolou-se numa casa em Niterói, afastando–se da militância política até o momento da entrevista.

4.3 – O retorno à legalidade

Ao enfrentar as forças do regime militar, essas jovens militantes tiveram que romper com o seu mundo cotidiano e entrar para a clandestinidade. Com o desmantelamento do projeto de oposição dos grupos de esquerda, elas acabaram vítimas nas malhas da repressão do Estado. Num outro nível, o retorno à legalidade também representou o momento de resgate e de desdobramento das trajetórias individuais dessas mulheres. Assim, a interrupção do projeto coletivo foi a ocasião da reconciliação dessas jovens com a vida "comum".

Para *Flávia*, esse recomeço se deu na sua volta da Argentina no fim de 1976, tendo como marco da sua nova trajetória a maternidade. Em 1977 nasce sua filha, o que lhe condiciona um novo posicionamento tanto na vida profissional quanto no envolvimento com a política:

> *"Foi o recomeço, eu voltei já com 25 anos. Nasceu Joana, ela com 3 anos eu me separei, e aí era enfrentar a batalha da vida, que não era mais a política. Cheguei já me meti no comitê de Anistia. A política desde 15 anos faz parte da*

[67] ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. A subversão do eu. *Pulsional*: Revista de

minha vida, mas a Joana foi tão importante que eu coloquei um certo limite. Então eu entrei pela primeira vez na vertente profissional com força, porque era uma questão de sobrevivência."

No retorno ao Brasil em 1978*, Angela* retoma a sua vida profissional e se integra ao movimento de mulheres brasileiras, fazendo parte do grupo que cria o *SOS Mulher*. Este período é definido por ela como um grande questionamento não somente em relação à sua militância política, mas sobretudo às relações de cotidiano, de casamento e de gênero. Para *Angela*, o Movimento Feminista colocou questões que eram incompatíveis com o movimento político que se desenvolvia no Brasil naquele momento.

"Eu tinha certeza absoluta de que eu não tinha mais nada a ver com o MR-8, não era a militância que eu queria para a minha vida. Eu já estava com uma outra cabeça mesmo, queria de alguma forma contribuir, participar da política."

Sair da prisão e enfrentar a nova vida foi um dos piores momentos para *Jessie*, mesmo ela já tendo passado por muito sofrimento e privação — sua filha, que nasceu durante seu período na prisão, ficou entregue à avó paterna durante os quase três anos em que ainda permaneceu presa. A não ser por seu marido, todos os outros membros da sua família estavam no exílio. Ela declara que essa condição representou para ela um ponto de partida muito difícil.

"A reintegração foi muito difícil, às vezes eu digo que foi mais difícil do que ficar presa, foi muito difícil. Quando nós fomos soltos, é eu acho que ainda existe isso, você tá naquela coisa de vamos construir a democracia, e aquelas pessoas que militaram na luta armada ficaram muito marcadas, havia e há ainda um grande preconceito em relação a isso, até porque a memória que se construiu depois disso, é a memória do exílio, os heróis nacionais era quem vinha do exílio. Ficou um estigma muito grande, ainda é uma coisa que vivemos."

A saída da vida clandestina para a legalidade não foi um processo de ruptura para Lúcia. De fato, desde o momento em que foi solta, conta que começou a dar

---

Psicanálise. São Paulo, (112), agosto de 1998.

cobertura e apoio a outros militantes. Ela não conseguiu fazer um corte radical com a militância, e declara que até hoje faz do seu trabalho como cineasta a militância política.

> "*A gente é tão corajoso, pensando nisso, depois que eu saí da cadeia, eu tirei duas cartas na Ilha Grande (presídio), duas cartas que eu tirei na vagina, a gente fazia toda aquela campanha, eu me lembro que a gente foi ameaçada, inclusive minha mãe.*"

O retorno de *Vera* ao Brasil após oito anos de exílio foi tenso[68], e inaugurou um novo período em sua vida. A volta de seu marido da Suíça, que era exilado chileno, foi um capítulo a mais no seu processo de retorno à vida legal. *Vera* desconfia que a sua trajetória política foi investigada por alguns lugares em que procurou emprego, e declara que arranjar trabalho no Brasil neste período foi muito difícil.

> *"Então fui ver, se fosse no laboratório médico eu ia ganhar tipo assim um salário mínimo, e eu podia tentar ser secretária porque aqui eu trabalhava na área administrativa. E no Chile mal ou bem, antes de coordenar lá, eu tinha trabalhado um pouco como secretária, e tinha conhecimento, eu sabia datilografia e lá na Suíça eu fui fazer o estágio, mas tinha que mandar todas as correspondências, tinha que arquivar e fazer todo o resto, e falei: "Vou começar como secretária executiva falo francês, falo espanhol". Então foi o que eu fiz, comecei como secretária executiva e de vez em quando como laboratorista, terminou o meu curso não tinha equivalente, precisando, o laboratório tinha que confiar na minha capacidade. Fui também a vários lugares. Porque na época rolou algumas coisas assim: eu fazia a entrevista, ficava tudo certo e depois eles me davam uma desculpa e diziam que não. Eu não sei, é uma coisa que não ficou muito clara para mim, na H.Stern, por exemplo, eu fiz todos os testes, de francês, e, além disso, eu ia lá para vender, não ia escrever nem nada e no francês eu era superfluente, falava realmente bem. E a mãe dessa minha cunhada que era professora da PUC estava ligada ao sindicato dos professores e estava tendo uma mudança, eles conseguiram derrubar a chapa pelega que estava lá há não sei quantos mil anos, e o Partidão tinha ganho a nova diretoria junto com o MR-8. Então ela falou: "Eles vão contratar uma secretária para ficar lá no sindicato, que ela possa falar e vai modernizar", e eu fui lá no sindicato, e tinha aquela coisa de exilado chegando ao Brasil, me receberam de braços abertos, me deram um salário decente, então eu fui trabalhar com essas pessoas."*

[68] Ao desembarcar no aeroporto do Rio de Janeiro foi separada de seu filho, sendo interrogada por horas, sofrendo pressão psicológica , além de ameaças quanto a vida do filho.

Este comentário feito por *Vera* levanta uma questão importante na trajetória política dessas mulheres militantes. Se o retorno delas envolveu, em algum momento, o constrangimento de serem conhecidas ou reconhecidas por meio de uma identidade estigmatizada, há que se notar a importância do apoio e do carinho, nas suas reestruturações emocional e profissional, que receberam de seus amigos e familiares após o restabelecimento da vida legal. Nas declarações, está presente a constatação de que a força moral e a resistência psíquica com que elas enfrentaram os infortúnios da experiência de clandestinidade, prisão, tortura e/ou exílio, foram garantidas pelos vínculos de afeto que puderam manter.

O estigma de ter sido militante e presa política durante os anos do regime militar também é mencionado por *Jessie*[69] e *Lúcia*:

> *"Duas professoras votaram contra a minha entrada no programa, mas eu não sabia. Terminou a prova e fui pra cantina lanchar e viajar de volta, e chega uma delas e diz assim: 'é as vezes a gente quer aprovar todo mundo mas não consegue'. E eu pensei, me danei ela estava dizendo pra mim, não sabia, mas terminei entrando. Quando começou o semestre, eu estava na cantina e ela disse; 'você está aqui, que bom! Pois eu quero te dizer uma coisa, eu acompanhei muito a sua história (...) e eu votei contra a sua entrada porque eu tinha um problema subjetivo'." (Jessie)*

> *"Quando eu saí da cadeia eu assinava o jornal com outro nome, assinava Maria Vasconcelos. Eu fiquei sem poder ser empregada pelo* O Globo *até 81, 77 e 78 sem ter carteira assinada. Fiquei desempregada até fevereiro, não podia ter carteira assinada." (Lúcia)*

Das seis entrevistadas, apenas *Mariza* se afastou da militância política. As outras participaram das mobilizações dos comitês de anistia, da fundação dos novos partidos políticos e do movimento feminista. Entretanto, atualmente[70] elas não compõem, com

[69] Nesta passagem *Jessie* refere-se ao processo de seleção para o Mestrado da Unicamp.
[70] No período em que as entrevistas foram realizadas (julho de 2002 a setembro de 2003).

exceção de *Flávia*, nenhuma estrutura partidária, mas consideram suas profissões[71] uma continuação da militância política iniciada nos anos 60.

[71] *Jessie* é professora universitária, *Angela* é consultora da Unesco e trabalha com a questão da educação e violência em áreas carentes, *Vera* é produtora cultural, *Lúcia* é cineasta., *Flávia* é jornalista e *Mariza* é produtora cultural.

Capítulo V – Considerações finais

Lembranças puxam lembranças e elas falam. Falaram de suas experiências e de suas dores. Eram recordações remotas que foram se materializando, criando corpo. Sendo assim, neste trabalho objetivamos analisar aspectos da militância feminina em organizações de luta armada contra o regime militar brasileiro nas décadas de 60 e 70. Utilizamos o depoimento de seis ex-militantes de diferentes organizações armadas, a fim de esquadrinhar a trajetória de vida destas mulheres que romperam com o seu papel social para se engajar em um projeto coletivo, relevando os possíveis significados para suas vidas que tal escolha gerou.

Através dos três momentos centrais de reconstrução da experiência política na vida dessas mulheres, que definimos como a entrada na militância política, o período de clandestinidade e o retorno à vida legal, pudemos perceber a singularidade de cada experiência. Embora todas fossem estudantes no momento em que ingressaram na militância, existiam diferenças nas origens dessas mulheres e em suas trajetórias políticas. Mesmo o engajamento marcava outro tipo de contraste entre elas, já que as organizações tinham perfis distintos e o papel que cada uma das entrevistadas assumiu nestas estruturas adquiriu um *status* próprio. A possibilidade de conjugação da variedade e da semelhança nesse conjunto de declarações representou um dos aspectos mais interessantes desta pesquisa.

Pode-se dizer que a iniciativa dessas e de muitas jovens militantes que se lançaram na ação política — inseridas num projeto coletivo que objetivava a derrubada do governo militar, e sobretudo a busca de alternativas que poderiam resolver os problemas sociais e políticos de nosso país — colocou a problemática do papel das mulheres e de seu *status* em evidência. De fato, as circunstâncias ligadas ao passado dessas mulheres as colocavam em alguma medida à margem da vida social daquele período. Elas rompem com duas hierarquias: a de gênero de sua cultura e a do poder instaurado com o golpe militar de 1964.

Entretanto, a maioria delas declarou que seu comportamento e suas atitudes contestavam os padrões tradicionais da sociedade, embora afirmam não ter assumido tais ações com este propósito. Para tanto, a legitimação de suas ações e a transformação de seu *status* de desviante no de agente histórico foram julgados *a posteriori*.

É interessante observar que em suas reflexões no tempo presente, elas não rejeitam a validade de seus objetivos iniciais, embora reconheçam erros nas estratégias de ação e consolidação de tal projeto. Entretanto, assumem que suas opções políticas estavam inseridas em um conjunto de ações inspirado por um projeto político coletivo, estendendo-se até mesmo a uma contextualização deste projeto para uma melhor compreensão de suas escolhas. *Jessie*, neste trecho em que faz uma crítica à literatura sobre os movimentos de oposição ao regime militar brasileiro, exprime com clareza esta discussão.

> *"Ficou um estigma muito grande, ainda é uma coisa que vivemos. As pessoas quando falam da luta armada, tendem a falar disso como folclore, falam que foi uma experiência de jovens que não tinham o que fazer e não como uma opção, de setores dessa sociedade que acreditavam e que lutaram. Isso tem sido tratado de uma forma muito jocosa, até porque ela vem personalizada na experiência. Você pode ver até a literatura que tem sobre isso. É um legado muito personalista. Eu e minhas circunstâncias, e em geral, acho que é uma autocrítica muito desfocada, porque ela não consegue entender isso como um processo, não consegue contextualizar isso na América Latina, porque isso foi uma experiência da América Latina, não é de malucos, nós não inventamos isso. Eu acho que falam de uma forma muito despolitizada e muito descomprometida com isso."*

Podemos dizer que a iniciativa dessas mulheres naquele contexto colocou a problemática do papel feminino e de seu *status* em evidência. Contudo, isto se deu como uma espécie de antecipação — através da ação em si e não por uma reflexão ou uma discussão a seu respeito e anterior a ela própria — do que passaria a ocorrer no Brasil a partir de meados da década de 70 com as mobilizações do movimento feminista[72].

[72]Segundo Maria Paula Nascimento Araujo, dentre todos os movimentos alternativos da década de 70, o movimento feminista foi o que mais inovou em termos de linguagem, de reivindicações, de propostas, de visão de mundo e da própria concepção de política. ARAUJO, Op.cit., p. 159.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de, WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ. Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras,1998.v. 4 pp. 319-409.

AQUINO, Maria Aparecida de. A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e política* (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7 letras, 2000. pp.271-289.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. A subversão do eu. *Pulsional*: Revista de Psicanálise. São Paulo, (112), agosto de 1998

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada*: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BOSI, Ecléa. Sociedade e memória: lembranças de velhos. São Paulo, T. A Queiroz, 1979.

CHARTIER, Roger.. *História hoje*: dúvidas, desafios, propostas. ANPOCS, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, pp. 97-113.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FILHO, Daniel Aarão Reis. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

____. “1968: o curto ano de todos os desejos”. *Tempo Social*: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 10(2): 25-35, outubro de 1998.

GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado. IFCS / UFRJ, 1987.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de, GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, s/d. pp. 423-477.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia . In: FERREIRA e AMADO (orgs.), *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. pp.167-182.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. *Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

MATOS, Maria Izilda S. *Por uma história da mulher*. Bauru: EDUSC, 2000.

NEVES, Lucília de Almeida. *Memória, História e sujeito: substratos da identidade*. *História Oral*: Revista da Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, n.3, jun.2000.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. *História Oral*: Revista da Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, n. 3, jun. 2000

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 5 (10), p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2 (3), p .3-15, 1989

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. pp. 103-130

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60? In: BASTOS, Elide Rugai, RIDENTI, Marcelo, ROLLAND, Denis (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. pp.197-212.

____ . *Em busca do povo brasileiro* – artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

____ . *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA e AMADO (orgs), *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. pp. 93-102.

SADER, Emir. *O anjo torto:* esquerda (e direita) no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovanni. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1969.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp.275-296.

____ *História, mulheres, gênero: contribuições para um debate*. In: AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado* . Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.